O MUTIRÃO

PERIÓDICO ANARQUISTA MARÇO/ABRIL 91 Cr$ 100,00 Nº 1

TRABALHADORES RURAIS SE ORGANIZAM E AGEM

Apesar de tantas promessas de campanhas eleitorais dos políticos, de tantas garantias e compromissos de honra com a realização de uma Reforma Agrária definitiva e ampla pelos governantes, os trabalhadores rurais nunca ficaram em casa, de braços cruzados, a espera de alguém que viesse bater na porta indagando se precisam de terras para viver e trabalhar.

O movimento dos sem terra e as organizações populares, através da *ação direta dos trabalhadores,* já realizaram várias ocupações e lutas pela conquista da posse da terra no Rio de Janeiro – principalmente na Baixada Fluminense, onde a população se concentra e os graves problemas sociais exigem uma resistência mais determinada dos trabalhadores.

O método de *ação direta* não transfere a responsabilidade das lutas para meia dúzia de políticos resolverem os nossos problemas e portas fechadas, com suas papeladas jurídicas que não entendemos e longe dos locais de organização popular, protegidos no conforto dos Palácios Governamentais. A ação direta acontece quando a população assume para si a responsabilidade de fazer valer os seus direitos, tomando nas mãos as rédeas da situação, agindo coletivamente de forma organizada, como acontece nas ocupações camponesas pela pose da terra. Quanto mais o povo aprende a confiar em si mesmo e na sua capacidade de viver e se relacionar sem depender dos governantes nem dos políticos, mais se torna independente e conquista as próprias mãos, permanentemente, os seus direitos sociais.

Importantes vitórias já foram conquistadas pelos posseiros, demonstrando que toda esta injustiça e desordem social, provocada pelos patrões, latifundiários, governantes, militares e demais parasitas do povo, tem concerto e pode ser superada pelo esforço dos trabalhadores.

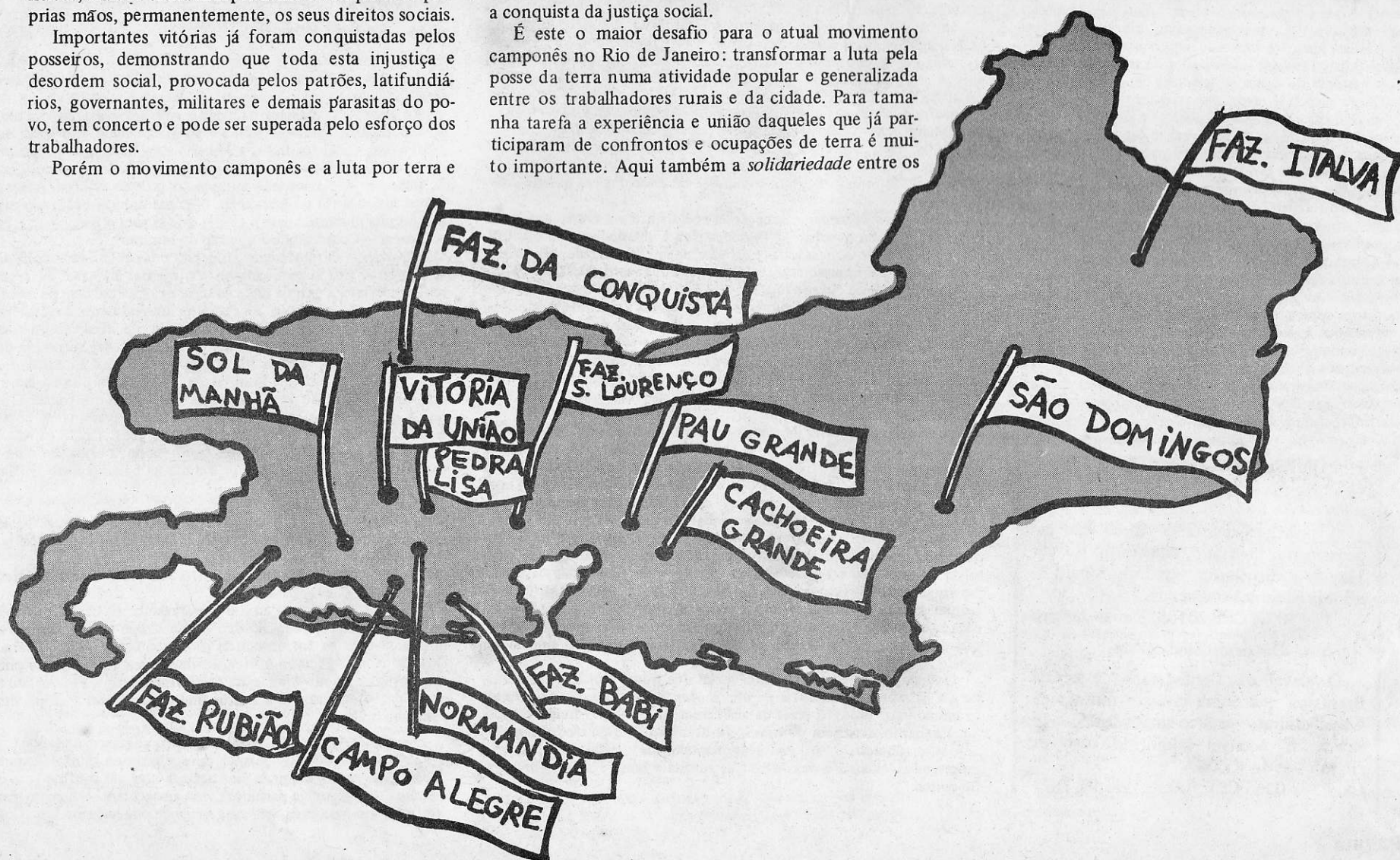
Porém o movimento camponês e a luta por terra e liberdade ainda está no seu início. É necessário ampliarmos cada vez mais a *solidariedade* entre os trabalhadores. É fundamental esclarecermos de uma vez por todas que a desunião entre nós é a maior arma e garantia dos privilégios dos patrões. A única chance de "nos darmos bem na vida" é pela *solidariedade entre os trabalhadores.*

Todos sabemos que se vivêssemos numa sociedade justa e com liberdade, sem que uns poucos tomassem para si a maior parte das riquezas, haveria o suficiente para todos e ninguém ficaria na miséria. Mas há muita terra sem gente e muita gente sem terra, e isso por causa dos donos de grandes extensões, de latifúndios maiores do que a vista pode alcançar. Não adianta candidato, não adianta partido. Só quando os trabalhadores forem solidários e se unirem é que acabarão os exploradores, os corruptos e os parasitas (inclusive os que se dizem "amigos", mas que vivem às custas do povo).

Portanto, é a partir deste sentimento e desta convicção que precisamos aumentar a organização popular, pois só com boa vontade não iremos muito longe. Milhões de trabalhadores nas favelas, na Baixada Fluminense e no interior precisam e podem participar desta luta, se solidarizando, conhecendo e se informando sobre as ações populares em outras regiões, se organizando e agindo, assumindo a responsabilidade coletiva de fazer a Reforma Agrária, que é o início para a conquista da justiça social.

É este o maior desafio para o atual movimento camponês no Rio de Janeiro: transformar a luta pela posse da terra numa atividade popular e generalizada entre os trabalhadores rurais e da cidade. Para tamanha tarefa a experiência e união daqueles que já participaram de confrontos e ocupações de terra é muito importante. Aqui também a *solidariedade* entre os trabalhadores que já conseguiram a posse e os que ainda Nada possuem é a maior arma popular contra a miséria e a exploração dos salários. Também a juventude – inclusive a das pequenas cidades do interior – pode exercer um papel significativo nesta difusão do movimento camponês entre o povo.

Além de expandir em quantidade, devemos avançar na consciência popular de uma proposta *coletivista* e de *organização comunitária* da Reforma Agrária. Os posseiros sabem melhor que ninguém que a conquista da terra é apenas um primeiro passo, e que a solidariedade e organização entre os posseiros é necessária para uma real e garantida melhoria de vida. Muitos posseiros vencem a batalha pela tomada da terra, mas são expulsos novamente para a cidade grande pelas dificuldades que enfrentam sozinhos paa viverem do trabalho agrícola neste capitalismo selvagem.

Reforma Agrária não é simplesmente distribuição de terras, mas sim a organização de uma nova sociedade camponesa, baseada em comunidades livres e dirigida pelos próprios trabalhadores. Esta nova sociedade não é um sonho ou uma idéia ingênua, ela já começa a se desenhar entre nós, suas primeiras formas já surgem da própria luta pela posse da terra que se dá no campo. Bem mais que uma reforma jurídica ou fundiária, ela é uma Reforma Social.

PARA QUE CRIAMOS ESTE JORNAL???

O dinheiro é pouco e o custo da tiragem é alto. Nossa dificuldade de acompanhar toda a realidade dos movimentos populares e o cotidiano dos camponeses em luta pela posse da terra ou por melhores salários e condições de trabalho nos exige uma dedicação intensa e disciplinada. Distribuir os exemplares em poucos dias no disperso conjunto de leitores – posseiros, assalariados rurais e da cidade, estudantes e todos os ativistas populares em geral, sem excluir nenhum interessado pela censura econômica do preço nem deixar de arrecadar o custeio das próximas tiragens, será uma verdadeira maratona para um pequeno grupo editorial que não pode bancar sozinho o jornal ou mesmo se dedicar profissionalmente a esta tarefa.

Se já dá para prever o desafio desencorajador desta iniciativa, temos em contra partida um compromisso sincero com a transformação desta realidade injusta e incoerente que violenta toda a nossa geração e ameaça a próxima já nascendo com a capacidade mental reduzida pela desnutrição, pela fome. Da certeza de que não podemos ficar sentados, refletindo sobre as probabilidades de tal ou tal ação, nasceu esta folha de quatro páginas metida a jornal. Como as crianças recém nascidas do Rio de Janeiro, também este primeiro exemplar não tem garantida sua sobrevivência. Todavia enquanto existir servirá de espaço para a livre expressão popular, com o único requisito de não ser usado como instrumento dos que desejam o poder sobre a comunidade, mesmo que sejam membros desta.

Queremos a gestão popular direta, a **autogestão**! Não discutimos candidatos nem propostas de como governar, porque somos socialistas autogestionarios, e a nossa proposta é a eliminação dos governantes, é a sociedade organizada através de comunidades livres e autogeridas pelos próprios trabalhadores. Não temos nem apoiamos nenhum partido político, pois entendemos que o verdadeiro partido dos trabalhadores é o sindicato e a federação de sindicatos, é nele que o trabalhador deve se organizar e lutar pelos direitos. É através do sindicato que os trabalhadores organizarão a produção e a distribuição coletiva, sem patrões, sem governantes, sem privilegiados. Isto é socialismo! Também as associações de moradores e todas as organizações populares culturais, educacionais, estudantis, todas as formas de ação coletiva, sem hierarquia mas estabelececidas livremente pela participação igualitária dos membros, tudo isso desejamos apoiar e fortalecer, integrar, solidarizar, para que a população conquiste definitivamente a capacidade de impor sua vontade aos burocratas e privilegiados, sem depender da "boa vontade" e do populismo explorador, manipulador dos políticos.

Para tanto precisamos da atitude decidida dos ativistas populares. Não queremos fazer desse jornal um simples porta voz de nossas idéias, que cubra os fatos que apenas nós participamos. Contamos com a participação dos simpatizantes, nos informando sobre eventos ou campanhas, inclusive se articulando conosco na cobertura dos fatos. Também a distribuição e arrecadação necessitam bastante do apoio de todos. A venda do jornal será feita, a princípio, diretamente entre editores e leitores, e por enquanto não venderemos assinaturas. Para acompanhar os números do jornal, o leitor poderá simplesmente nos escrever informando a intenção de continuar adquirindo o jornal. Caso o leitor queira ajudar a distribuí-lo, nós forneceremos exemplares com até 30 dias para, ou devolvê-los, ou pagar pelos vendidos, com descontos a se acertar. É claro que tais condições não são definitivas, e até doações de exemplares para distribuição gratuita podem ser discutidas. A necessidade de colocarmos às claras estas antipáticas negociações com o leitor dão bem o tom dos nossos esforços: o empenho em acertar supera o pudor.

Resta-nos apenas dar um último "toque" em nosssos amigos mais próximos de luta, os libertários. Nem precisa dizer, nós do Conselho Editorial do Jornal O MUTIRÃO contamos com vocês. Que a nossa solidariedade internacionalista faça parir, ainda que em dores, e tão necessária Sociedade Anarquista.

IMPRENSA LIBERTÁRIA

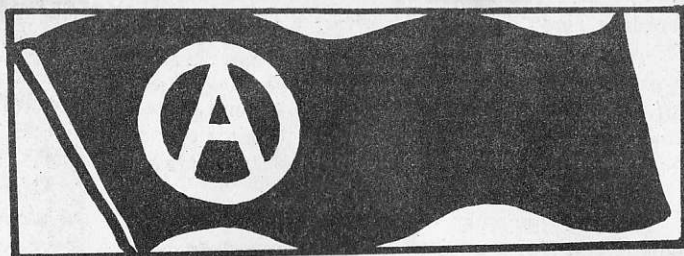
UTOPIA

A principal revista de divulgação do pensamento libertário, editada no Rio de Janeiro e distribuída por todo o país. O nº 4 já encontra-se à venda.
Cx. P. 15001, CEP 20155, Rio de Janeiro

O Anarco-Sindicalista

O jornal da Confederação Operária Brasileira, que reúne diversos núcleos de trabalhadores anarco-sindicalistas do Brasil. É possível adquirí-lo com os anarquistas do Rio.
Cx. P. 02.0266 CEP 70001, Brasília, DF

A POSSESSÃO INDIVIDUAL É CONDIÇÃO DA VIDA SOCIAL; CINCO MIL ANOS DE PROPRIEDADE DEMONSTRAM ISTO. A PROPRIEDADE É O SUICÍDIO DA SOCIEDADE. A POSSESSÃO É UM DIREITO, A PROPRIEDADE É CONTRA O DIREITO. AO SUPRIMIR A PROPRIEDADE MANTENDO A POSSESSÃO, POR ESTA SIMPLES MODIFICAÇÃO DE PRINCÍPIO, REVOLUCIONAREMOS A LEI, O GOVERNO, A ECONOMIA, AS INSTITUIÇÕES, ELIMINAREMOS O MAL DA FACE DA TERRA.

Proudhon, 1840.

O QUE ANDAM FAZENDO ESTES ANARQUISTAS?

Superando preconceitos e dificuldades de toda ordem, nós anarquistas estamos somando esforços para agirmos socialmente contra a miséria e a injustiça.

Aqui no Rio de Janeiro realizamos um seminário no Sindicato dos Petroleiros, onde se discutiu livremente sobre assuntos como movimentos populares. Leste Europeu e Autogestão. O evento agradou e abriu a possibilidade de seminários semelhantes em sindicatos de petroleiros de outros estados. Em janeiro participamos ativamente (apesar de não convidados) nas manifestações contra a guerra no Golfo Pérsico. O Círculo de estudos Libertários já prepara o reinício de palestras, cuja primeira será sobre a AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores. Também o recente GAAD - Grupo Anarquista Ação Direta – está se reunindo e pretende lançar para breve uma publicação própria de divulgação.

A nível nacional a principal organização libertária é a COB – Confederação Operária Brasileira, que reúne grupos sindicais de diversas cidades do país e dedica-se à luta de resistência contra a exploração e à organização popular pela transformação social.

No mundo a principal organização anarquista é a AIT, da qual a COB é a seção brasileira. A AIT sustenta os métodos anarco-sindicalistas, como a independência dos trabalhadores em relação aos partidos, pois A EMANSIPAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.

Mas nem só de sindicalismo vivem os libertários. Muitos ecologistas se alinham com a filosofia anarquista, compreendendo que o método de luta ecológica deve ser a ação direta popular e que uma sociedade ecológica deve ser baseada na descentralização, na autonomia, na autogestão e no internacionalismo, princípios tanto ecológicos quanto anárquicos.

Também os pedagogos começam a redescobrir no anarquismo uma poderosa filosofia de educação humana para a liberdade e a autorealização do indivíduo. A necessidade de uma nova comunidade, livre, autogerida e aberta à experimentação e curiosidade; a integração das faixas etárias no processo de produção e criação, sem o produtivismo tecnocrático que confere à juventude o monopólio do direito de produzir; a eliminação de instituições hierárquicas e autoritárias que castram a iniciativa e contradizem a inteligência das pessoas; o saber e o conhecimento vistos como instrumentos de luta e transformação social; todos estes pontos fazem do pedagogo libertário um ativista social, consciente da imbecilização que sofremos nesta sociedade, das limitações de uma simples modificação de métodos no interior da escola.

Outra ação anarquista internacional é o antimilitarismo. Aqueles que contestam as Forças Armadas e as instituições militares não demoram a perceber na proposta anarquista a conclusão final e coerente de suas críticas. Sendo o Estado e a divisão de classes o motivo básico do militarismo, os antimilitaristas vêem que, para suas críticas passarem da resistência para a ofensiva, precisam combater o próprio Estado.

Uma das mais novas frentes de luta anarquista é a superação das doenças emocionais provocadas pela sociedade autoritária. Buscando resolver as angústias e repressões emocionais que toda a população sofre atualmente, os profissionais da área se vêem na necessidade de confrontar-se com a própria estrutura social vigente, descobrindo na comunidade socialista libertária e no fim do Estado e da propriedade o primeiro passo para a erradicação dos gravíssimos males emocionais e psíquicos.

O Anarquismo é uma filosofia social que busca a ordem na liberdade e a harmonia na ausência de imposições. A partir deste conceito ele se estende por todas as áreas da ação humana e envolve toda a realidade. Enquanto existirem dominados e dominantes, governados e governantes, explorados e exploradores, proprietários e miseráveis, patrões e empregados, existirá a desordem que revolta e lança à ação os inimigos do poder.

ENTREVISTA

Procurando abrir espaço para que os próprios trabalhadores rurais digam o que sabem sobre suas experiências na luta pela posse da terra, o jornal MUTIRÃO foi até o assentamento Sol da Manhã para conversar com Ribamar e Paulo César, dois posseiros que viveram todo o processo de conquista da terra, e que permanecem até hoje engajados na organização comunitária.

Que estes relatos rompam o silêncio e afrontem a indiferença de todas as consciências por eles alcançadas.

Jornal – Ribamar, o que você fazia antes de ser produtor rural?

Ribamar – Trabalhava na cidade, com serigrafia. Aí vim morar em Itaguaí, saturado com a vida lá na cidade, vim parar no Jardim Maracanã, foi onde eu comecei a me dedicar à agricultura.

Jornal – Foi aí que você aprendeu a trabalhar na agricultura?

Ribamar – Na verdade eu aprendi quando criança, porque minha infância foi no Maranhão. Meu pai tinha lavoura, mas minha família mudou-se para o Ceará, e de lá para o Rio.

Jornal – Como surgiu a questão do mutirão?

Ribamar – O movimento começou por causa da extração de areia. Nesta área abandonada onde o pessoal plantava, os areeiros começaram a extrair areia da terra de emboço, com pá mecânica, e destruindo o solo. Na época eu era presidente da Associação de Moradores do Jardim Maracanã, aí o pessoal cobrou uma atitude. Eu recorri todos os meios legais. Polícia, Secretaria de Governo, FEEMA, e nada embargava aquele areal. Então eu fui parar na CPT, Comissão Pastoral da Terra. Aí o pessoal falou: nós somos um órgão de assessoria ao movimento dos trabalhadores. A única coisa que vocês podem fazer é ocupar a terra, botar lavrador em cima da terra e acabar com o areal. Então eu voltei e fui à Associação de Moradores, e começamos a organizar o movimento dos sem terra. Saímos um dia na baixada lá do Jardim Maracanã e dividimos as terras.

Jornal – E lá não vingou?

Ribamar – Lá era pequeno. Tinham 76 inscritos. E havia essa área aqui, que um compenheiro lembrou que pertencia ao INCRA.

Jornal – Mas a reforma que o INCRA tentou fazer não deu certo, o lugar estava abandonado. . .

Ribamar – Essa área aqui é uma fazenda da União, que foi, em 1963, desapropriada. Só que veio o Golpe militar, e ficou a terra sem uso. Aí foi negociada para uma firma de imobiliária. Quando o cara chamou a atenção dessa área aqui, a gente saiu com o pessoal, todo mundo de foice vinha entrar. Foi quando a gente parou, analisou e achamos melhor organizar a coisa, vim com mais apoio.

Jornal – E no Jardim Maracanã, vocês chegaram a plantar?

Ribamar – Não, o pessoal que colocamos lá não ficaram. Quando a gente fez aquela marcação, houve um conflito com os areeiros. Era gente da prefeitura, que ameaçaram. . . a gente marcou um lote para cada um, mas ninguém fez nada no lote. Con-

tinuamos o movimento porque tinham sobrado outras pessoas. Foi quando a gente começou a se organizar melhor. Fizemos contato até com um grupo de estudantes da Universidade Rural. Tinha também a CPT. Fizemos contato com o mutirão de Paracambi, Campo Alegre, Pedra Lisa, Guandu... e o movimento sem terra. Então passamos a ter uma organização.

Jornal – O Movimento Sem Terra aqui tinha um núcleo?

Ribamar – Havia um movimento estadual. Tinha uma sede em Nova Iguaçú. Assistimos reuniões, veio pessoas do mutirão de Paracambi nos orientar como era o movimento de ocupação. Antes disso eu fiz contato com o INCRA, que enviou um técnico e abriu o processo para desapropriar essa área. Já com tudo isso organizado, a gente falou: agora é hora da gente caminhar pra terra. Chamamos o apoio do pessoal do mutirão de Paracambi, Guandu, Pedra Lisa, veio pessoas da CPT, do Movimento Sem Terra. Viemos à noite, num domingo, dia 7 de setembro.

Jornal – Veio gente reclamar da presença de vocês?

Ribamar – No 1º, 2º dia não houve reclamações. Depois o pessoal de Paracambi foram embora. Veio depois um pessoal de Campo Alegre nos dar apoio, e nós montamos um acampamento, uma cozinha comunitária de bambú.

Nós estávamos com uma área grande, com 10 famílias, então começamos a contactar os outros mutirões, aí começou a chegar pessoas, a criar um grupo, que foi montando aquele acampamento. Quando a gente já tava mais ou menos com um grupo bastante grande, começamos a ter problemas. Apareceu o advogado da companhia, mas já tínhamos toda uma técnica de como se defender. Chegava o pessoal, envolvia o grupo todo. No primeiro confronto que a gente teve com o advogado o homem saiu tremendo, não conseguia nem enfiar o papel no envelope.

Neste período foi que houve também a ocupação nas terras da Rural, em Piranema. Como houve a ocupação lá, que chamou bem uma atenção, que a nossa passou quase que desapercebida, mas a gente começou a ter problema porque refletiu aqui. Nós tivemos polícia civil, polícia militar, polícia federal. Eles queriam saber quem era o cabeça, mas nós tínhamos uma técnica que ninguém chamava o outro pelo nome, tinha apelido. Continuava chegando gente de outros mutirões, e nós montamos outro acampamento. Esperamos ver se tinha alguma reação, não teve, aí nós loteamos a parte de lá, da linha do trem.

Jornal – E hoje, como está a organização do assentamento? Como é a relação de vocês aqui em conjunto?

Ribamar – Na época, quando a gente começou, tinha uma organização chamada Mutirão, que tinha até presidente, secretário, tesoureiro, e nos reuníamos em baixo de uma árvore aqui na beira do rio. Resolvemos então montar a sede num resto de construção que tinha. Foi um trabalho feito em mutirão, todo mundo contribuiu com a telha, cortamos eucaliptos e fizemos a cobertura.

Passou-se um ano. A companhia entrou com uma ação de despejo contra nós. A CPT colocou um advogado para trabalhar com a gente, e nós fomos brigar no Judiciário com eles. Após este ano, nós partimos para uma etapa de organização mais evoluída. Uma Associação, uma entidade jurídica com toda a papelada legalizada. Quando fundamos a Associação nós tinha visto que o sistema presidencialista não era bom, porque tinha o presidente, tudo caía em cima dele. Aí criamos a Associação com um colegiado de sete diretores. Estudamos quais as necessidades que tinha a comunidade e teria que ter um responsável para cada uma, para a coisa poder andar.

> "Um dia eu tava catando quiabo, chega a minha filhinha: pai, a polícia vem tirar nós daqui."

Jornal – E como é decidido este colegiado?

Ribamar – Bom, é a eleição, por chapa, de dois em dois anos. Nós procuramos estudar estatutos de outras associações, fizemos um estudo geral e dividimos os temas. Formamos comissões, cada uma com um tema. Cada comissão montou um estatuto de um tema, e a gente trouxe à plenária, por dois dias. Então criamos essa entidade, com colegiado, em que um dos diretores acumula a função de coordenador geral, para poder assinar pelos sete, questão burocrática, né? mas ele não tem autoridade, ele tem representatividade. O poder não é individual, ele decide dentro dum grupo. Isso é para evitar um pouco uma coisa que acontece muito, que é o problema do poder. Ocorre muito isso no movimento, tanto no Movimento dos Sem Terra como até nos outros movimentos, até no movimento estudantil, que derrepente o cara pega uma função de responsabilidade, e passa a confundir com poder.

Jornal – E você acha que aqui tem algum problema de disputa de poder?

Ribamar – Só tem.

Jornal – Então nesse problema de poder, o negócio é você ir passando cada vez mais a responsabilidade para o coletivo, e não ficar numa pessoa, num grupo pequeno.

Ribamar – É, não carregar em cima de uma pessoa, dividir as responsabilidades. A partir do momento que nós criamos a Associação, estava todo mundo supostamente unidos, porque havia uma situação de fato, que era a briga pela terra, uma ação de despejo correndo contra nós, então todo mundo ali trabalhava junto. Foi quando a gente começou o sistema de serviço comunitário. Um dia da semana a gente junta o mutirão e toca os serviços.

Jornal – Nos fale deste serviço comunitário. Parece que as pessoas entendem que é necessário trabalhar em conjunto.

Ribamar – Um dia por semana o pessoal se reúne. Aí vê: quem tem habilidade como pedreiro trabalha na obra, quem tem habilidade para a parte burocrática, trabalha na parte burocrática, quem não tem afinidade tem sempre alguma coisa, ou instalar uma água, ou limpar uma vala...

Jornal – E o ortão comunitário?

Ribamar – É, isso é um projeto. Nós não conseguimos montar isso, porque o serviço comunitário, essa idéia de coletivo, trabalho comunitário, aqui no Estado do Rio de Janeiro não funcionou em mutirão nenhum. O pessoal não confia uns nos outros, junta e começa as picuinhas, as fofocas, e acaba não dando certo. Então nós puxamos esse serviço comunitário em cima de uma coisa que é comum, que é a construção de uma escola para as crianças estudarem.

Jornal – E como essa escola é mantida?

Ribamar – Quando a gente construiu a escola, foi com verba da Holanda, da Bélgica, entidades aí que fomos pedindo, e o pessoal construiu. Então nós chegamos para a Prefeitura e falamos: nós temos uma escola construída, agora a gente regularizar ela. O prefeito respondeu: vocês doam o prédio para a Prefeitura e a gente bota para funcionar. O pessoal que construiu o prédio não aceitou: nós que construímos a escola e não vamos doar pra prefeitura. Aí a minha esposa e a esposa do Flávio tomaram a iniciativa de começar a dar aula, sem salário, sem remuneração nenhuma. Conseguimos até um projeto na época de seis meses de pagamento delas pela FASE. Depois disso a crise começou a se agravar. Aí o Martinazo, que neste período a gente ajudou a se eleger como vereador de Itaguaí, assumiu o compromisso de, todo mês, dar um salário mínimo para o movimento, para ajudar nas despesas. Este salário a gente deixou para a escola. Depois eu consegui com ele que desse mais um, ficando dois salários por mês.

Jornal Ele dá do bolso dele...

Ribamar – É. A gente vem mantendo uma menina do Jardim Maracanã até o ano passado dessa forma. Hoje a escola está registrada como escola comunitária.

Jornal – E vocês contam agora com verba do Governo?

Ribamar – No ano passado o núcleo da Secretaria de Estado me forneceu o documento, mas faltava o alvará do prédio para a Prefeitura botar os professores. Só que existe uma política na Prefeitura contra o Mutirão, o prefeito é altamente reacionário. Então eles travaram o alvará durante todo o ano que passou. Quando não tinha mais jeito, eles exigiram uma quantia na época de 54 mil cruzeiros, hoje seria quase 100.000. Nós tivemos que entrar com um recurso na Câmara dos vereadores pedindo a isenção, e o ano passou.

Jornal – E hoje vocês têm algum apoio?

Ribamar – Hoje nós temos o apoio de professores. Eu fui chamado também no Instituto de Educação da Rural, que eles estão com um projeto para alfabetização em conjunto em comunidades e prefeituras dessa região.

Jornal – E esse mutirão comunitário, o pessoal recebe alguma coisa?

Ribamar – Não, isso é mão de obra gratuita, é a participação de cada um que contribui com a comunidade. O que você faz no comunitário, arrumar uma ponte, uma vala, nós temos água instalada em algumas casas pelo mutirão. Essas ruas foi nós que fizemos.

Jornal – No início haviam muitos problemas comuns, então o pessoal era mais unido, e hoje já há uma desunião, é isso?

Ribamar – Há um desligamento, porque, a partir do momento em que a pessoa se sente segura na terra, ela acha que não precisa mais de ninguém. Tem aquelas que se individualizam. Só que permanece o grupo que está dentro do coletivo, que é a Associação. Para essas pessoas, o nosso assentamento é um projeto de vida, mas eu acredito que alguns daqui não têm um projeto de vida, talvez até estejam aqui de passagem. A gente sempre manteve um nível de organização onde a venda de terra a gente peita. Quando nós dividimos os lotes, assentamos pessoas na terra, nós não fechamos a inscrição para os sem terra. Se houver uma desistência, quem está inscrito é prioritário para entrar.

Jornal – Como está o contato de vocês com os outros assentamentos?

Ribamar – O Movimento dos Sem Terra aqui no Rio de Janeiro se desarticulou. Ele existiu acho que até 88, e se desfez, mas o contato a gente continuou mantendo. Passou o tempo, e a gente aqui do Sol da Manhã tomamos a iniciativa de começar a promover encontros com mutirões vizinhos, para discutir sobre produção e comercialização. Esses encontros foram evoluindo e se transformaram no Encontro Estadual de Produção e Comercialização. Surgiu a idéia de remontar a Comissão de Assentados.

Jornal – Essa comissão cuida dos assentamentos que já existem?

Ribamar – É, ela não trata do problema dos sem terra, ela trata dos assentados.

Jornal – E aqui no Rio o Movimento dos Sem Terra está desarticulado?

Ribamar – É, porque nossa idéia, ao montar a comissão, é organizar os assentamentos, para daí puxar o mov. sem terra. A gente aqui do Sol da Manhã mantivemos o mov. sem terra durante algum tempo, mas nós sozinhos... Nós fizemos duas ocupações. Uma em Santa Maria Madalena, na Serra do Desengano, e outra aqui no Jardim Maracanã. Aquela baixada que eu falei, voltamos lá e está ocupada. Tem um mutirão lá chamado Filhos do Sol. Lá eles estão em vila, não estão em lotes individuais. Dividiram o lote só para o plantio.

Jornal – O Governo tem seus projetos de Reforma Agrária, e eles se propõem a realizá-la. Por outro lado tem os trabalhadores que também se propõem a realizar a Reforma Agrária. Vocês acham que os trabalhadores podem confiar esse trabalho ao Governo, ou vocês mesmos que têm que assumir e fazer?

Paulo César (bate no peito e se anima) – Posso participar?

Ribamar – Fala aí colega!

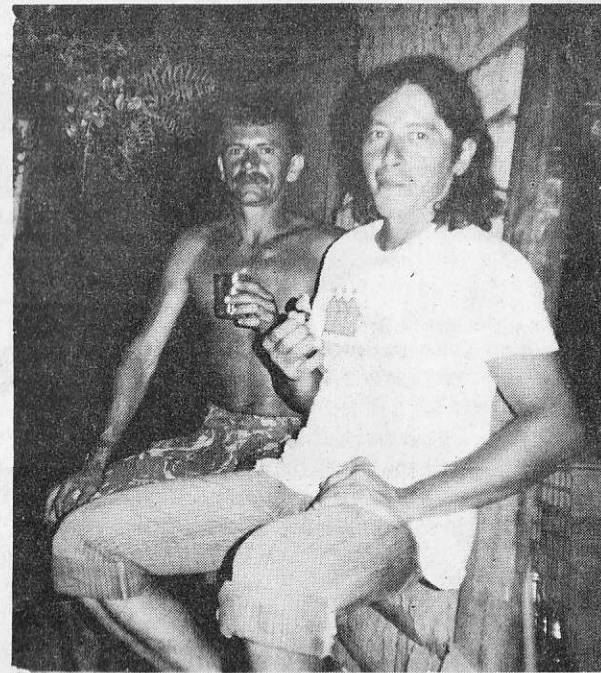
Paulo César – O movimento aqui foi o seguinte, eu trabalhava de meia, carregava a compra duas, três horas nas costas, serra acima. Aí meu mano falou pra mim, que ele já tava aqui no assentamento, na luta. Ele disse sobre o negócio de umas terras. Eu colhia banana, o patrão levava quase tudo. Eu nem sabia o que era reforma agrária, se soubesse tinha entrado antes! No peito, porque Reforma Agrária não existe, só existe com nós aqui.

Aí atravessamos o rio, tinha um largo de boi. Até que os companheiros liberou a terra para nós morar, fazer a cachanga, o barraco. Quando atravessamos o rio tinha que ser em conjunto, não podia ser sozinho. E sempre reunião, todo dia.

Jornal – Sua origem é da roça?

Paulo César – É da roça, meu pai me ensinou nesse ramo.

Aí lutamos uns dois ou três anos, aconteceu o despejo. Uma quiabada no morro, polícia em cima, grileiro em cima. Um dia eu tava catando quiabo, chega a minha filhinha: pai, a polícia vem tirar nós daqui. Eu fui lá para a sede, onde já tavam tirando uma família, que está aí até hoje. Tirou a família, depois nós trazemos de novo. Às duas da manhã os companheiros chamavam para abrir vala para as polícias não entrar.

Ribamar – Abríamos uma vala, e a seguir abria outra, porque se eles botassem pranchão para passar caíam na outra vala...

Paulo César – Aí fechamos a Dutra. A CPT nesse dia nos dando apoio. Pegávamos eucalipto e botava. Chegava a polícia, deram chute na gente, bateram, encaramos, botamos os filhos na Dutra... Chegou um tal advogado e falou que nós ia comer capim. Eu falei, "teu safado, capim você vai comer, porque lá nós vamos colher!"

Ribamar – Esse advogado aí é o secretário geral do PCB de Itaguaí. Era o advogado dessa companhia que moveu o despejo contra nós.

Paulo César – Eu moro agora numa casa que eu fiz, com meu suor, não moro mais em barrado. Não trabalho mais para os outros, já posso pagar alguém para trabalhar comigo, vivo da terra e luto por ela, e dali só saio morto. Lutei pela Reforma Agrária, e se eu soubesse que entrar na terra fosse tanta luta sofrida, e vencesse, eu tava a mais tempo. Valeu por mil sítios que eu trabalhei de meia para os outros.

Jornal – Quer dizer que você acha que para sair a Reforma Agrária é pela população?

Paulo César – No peito, no suor, igual saiu a nossa, porque se eu esperasse pela Reforma Agrária pelo Governo, eu tava trabalhando de meia até hoje, sofrendo, para fazer de manhã e comer de noite, fica devendo.

Ribamar – A Reforma Agrária que o Governo faz é a Reforma Agrária para não dar certo. Eles põem dificuldade em tudo. Para a gente tirar um grileiro do nosso meio é uma coisa dificílima, mas quando é uma ação despejo para nos tirar, foi uma coisa rápida. Eu tava no Rio e quando chegamos aqui já estava aquele tumulto todo. O pessoal já tinha se preparado para resistir, e a polícia com advogados. A nossa luta era pacífica, resistência pacífica. A gente ficava enrolando, dificultava.

Jornal – Com a experiência que vocês têm, diga-nos como a população poderia participar? Os trabalhadores que querem participar da Reforma Agrária, qual seria o primeiro passo?

Ribamar – O primeiro passo seria se organizar, para poder ocupar uma terra como nós fizemos. Mesmo com uma situação como essa de despejo, a gente resiste. De noite, a gente arrebentava as estradas. Quando chegavam nas casas, tinham que carregar nas costas. E ficávamos atrapalhando. Eles botavam o pranchão para passar, a gente ia lá e tirávamos. Quando eles voltavam não podiam passar. Eles iam com a mudança do pessoal e botavam na pista, e iam buscar mais. Então o pessoal pegava aquela, dava a volta, e quando eles chegavam, o que tinham trazido antes já tava de volta. Quando eles conseguiram encher as três kombes nós fechávamos a Dutra.

Eles saíram na contra-mão. A polícia parou o trânsito e eles saíram.

Também colher experiências de outros assentamentos, até de outros estados através do Movimento dos Sem Terra. E outra coisa, nós sempre mantivemos articulação com outros movimentos. Recebemos apoio de outros mutirões, pessoas da Igreja, alunos da Rural... não nos isolamos. Procuramos envolver toda a população com o nosso movimento.

CARTA ABERTA AOS SECUNDARISTAS AGRÁRIOS DO RIO DE JANEIRO

"Sento-me para escrever...
Mas, o que é que posso escrever?
De que vale dizer
"pátria minha...", "minha gente...", "meu povo"?
Será que posso proteger a minha gente com palavras?
Será que com palavras salvarei o meu povo?
Por acaso não é absolutamente ridículo, sentar-me, hoje, para escrever?"

Fadwa Tuqan, poeta palestino.

Quem se propõe a escrever a vida e o trabalho destes homens do campo que superam suas próprias forças pela sobrevivência e dignidade familiar, depara-se rápido à cruel realidade exposta no poema: a nossa consciência tem fome de atitudes responsáveis que nem as mais inflamadas palavras podem saciar. Já vai longe o tempo em que a juventude gostava de se fazer rimar com atitude, e que as concentrações de jovens eram sinais de contestação cultural, política e social. Hoje já não é mais assim, e os poucos adolescentes politizados estão em descompasso com os sentimentos e expectativa da grande maioria dos jovens.

Mas o descontentamento persiste. A acomodação não significa satisfação com esta sociedade desigual, e sim uma falta de confiança e motivação com as formas de engajamento que os últimos marxistas insistem em perpetuar. Já não existe identidade entre as instituições políticas ditas de oposição (como os partidos), e a rebeldia latente em nossos corações, querendo se traduzir em atitude mas sem encontrar uma resposta que satisfaça às nossas ansiedades. Acabamos nos sentindo impotentes e nos desinteressando pelo que de melhor existe em nós, a consciência social.

Porém basta de silêncio. Não se trata mais de servir disciplinadamente a um punhado de falsos salvadores nem de alimentar com nossa voluntária participação a vaidade pessoal de alguns arrogantes "socialistas científicos", que trazem na garganta difíceis teorias libertadoras.

Hoje quem reclama nossa atitude são de fato os liderados, não os líderes. São os cansados de governantes e não os que namoram o poder. Já estão aí, lutando com as poucas armas que possuem – suas mãos, suas mentes – pelo muito que lhes tiraram – terras, liberdade. Na verdade são simplesmente alguns de nós mesmos que deram os primeiros passos, que não sofreram quietos como as ovelhas. Trabalhadores rurais, talvez nossos vizinhos, parentes, homens que fazem com as mãos a produção social que nos permite existir. Tão pequenos são aqueles entre nós que não trazem no peito a convicção desta comunhão, pois ser parte deste coletivo é parte do nosso ser.

O saber que nós estudantes agrários adquirmos na escola nos confere uma decisiva responsabilidade social, pois nosso conhecimento é um patrimônio coletivo da população e apenas pela força da expropriação é que os patrões nos destacam do conjunto dos trabalhadores rurais e nos transformam em uma parte distinta e isolada da sociedade, que deve servir com exclusividade aos latifundiários e à agroindústria. A necessidade de sobreviver não pode ser usada como argumento ou justificativa para nossa conivência com esta violência praticada contra a necessidade de também sobreviver dos trabalhadores rurais. Como sobrevivermos todos sem nos vendermos? Como recuperar a todos o direito de usufruir do saber que possuem alguns membros da população? A Reforma Agrária responde a mais estas perguntas.

O engajamento precisa surgir. A organização entre os que de nós se responsabilizam pela Reforma Agrária é fundamental e necessita da nossa inciativa. Os secundaristas agrários podem participar enormemente se organizando nas várias escolas agrícolas do Rio de Janeiro e somando esforços com os universitários, os profissionais graduados e os trabalhadores rurais, num movimento popular solidário por uma nova sociedade camponesa.

RESSURGEM OS PROTESTOS DO

1º DE MAIO!

O 1º de maio é dia de luto, luta e de protesto consciente.

Não é dia de festa. Os trabalhadores vivem escravizados, e escravos não costumam festejar sua opressão.

Entretanto, políticos astutos, classes empresariais, governantes inescrupulosos e grupos opressores, procuram deturpar o verdadeiro significativo desta data.

Nos países ditos socialistas o 1º de maio é motivo para desfile de mortíferas armas atômicas e de tropas cientificamente treinadas parara matar, enquanto os burocratas donos do poder a tudo assiste em palanques cuidadosamente separado do povo.

Nos países capitalistas, quer onde imperem o regime de democracia liberal ou nos de estensiva ditadura, as classes dominantes promovem jogos de futebol, espetáculos com artistas famosos, festanças e bebedeiras com o objetivo de anestesiar a consciência dos produtores.

Porém ao contrário de uma festa, essa é data símbolo das aspirações da classe trabalhadora, comemoração afirmativa da vontade de decisão popular reivindicar seus direitos desrespeitados.

Ao operário consciente cabe a tarefa de recuperar o significado dessa data universal e histórica.

ORIGEM DO 1º DE MAIO

A rápida industrialização da América do Norte no período posterior a guerra civil, provocou intensa conturbação entre as classes trabalhadoras. Surgiram movimentos de protesto pelos baixos salários, desemprego e excessivo horário de trabalho. Fundaram-se fortes associações como a "Liga Pelas Oito Horas", "Liga dos Cavalheiros do Trabalho" e a seção americana da "Associação Internacional dos Trabalhadores".

A 13 de janeiro de 1872, após greve de 100.000 operários, os desempregados de Nova Iorque fizeram importante manifestação. A polícia interveio espancado os trabalhadores.

Em um Congresso realizado em Chicago deliberou-se declarar greve geral no dia 1º de maio de 1886, e para surpresa geral, tudo corre em calma, sem incidentes. Dois dias após, trabalhadores se reúnem para elegerem uma comissão de greve. Enquanto fala Augusto Spies, um grupo de operários sai da reunião e ataca alguns outros que estavam furando a greve. A polícia privada da empresa ataca os trabalhadores matando 6 e ferindo 50. Spies, testemunha ocular da ocorrência, publica no dia seguinte violento artigo no "Arbeiter-Zeitung" conclamando os trabalhadores à luta.

No dia 4 de maio é convocada pelo grupo libertário uma manifestação na praça Haymarket. O comício foi permitido pelas autoridades e assistido pelo prefeito de Chicago. A reunião iniciou-se às 19:30 e decorreu sem incidentes até às 22 horas. Quando todos se retiravam pacificamente o inspetor de polícia, com 180 policiais uniformizados, intervém brutalmente espancando os que assistiam. Nesse momento um petardo cruza o espaço e esplode entre os policiais matando um e ferindo mais de duzentos.

O PROCESSO

Nos dias seguintes Chicago ofereceu um exemplo flagrante de irracionalidade e histeria coletiva. Centenas de pessoas, lares invadidos e depredados, estado de sítio, toque de recolher, jornais fechados. Uma verdadeira "caça às bruxas" pois a explosão da bomba era pretexto para a repressão violenta. Imediatamente foram presos: Fielden, Spies, Schwab, Engel, Fischer, Ling, Neeb. Parsons ao saber da prisão dos companheiros, apresentou-se voluntariamente às autoridades. Todos eles militantes de organizações libertárias de trabalhadores.

O processo foi caracterizado por um pré-julgamento. Tratava-se antes de mais nada de punir exemplarmente um punhado de inocentes para que o exemplo intimidasse o movimento operário. O objetivo do juiz era condenar e não fazer justiça e a ele estava unida toda a imprensa capitalista, as classes empresariais e a sociedade conservadora de Chicago.

A sentença foi proferida no dia 28 de agosto e a excursão foi determinada para o dia 11 de novembro de 1887. Em 1889, em Congresso Internacional, foi escolhido o dia 1º de maio para uma manifestação universal e os trabalhadores aceitando-o com entusiasmo, dando-lhe um caráter reivindicativo, saldando a memória dos que morreram pela libertação dos trabalhadores.

OS PROTESTOS

Por todo o mundo as organizações de trabalhadores passaram a adotar a data para realizara massivos protestos de rua, retomando ano a ano a ofensiva na luta de classes.

No início do século, aqui no Rio de Janeiro, enormes concentrações populares ocorreram, organizadas pelos próprios trabalhadores. Durante o Estado Novo Getúlio Vargas reprimiu violentamente os sindicatos livres e fez do 1º de Maio um feriado festivo, vazio. Ainda hoje a maioria dos trabalhadores desconhecem o significado desta data.

Agora, núcleos de trabalhadores em diversas cidades do país, procuram realizar manifestações de rua que diuvlguem o sentido de solidariedade entre os trabalhadores. Ao contrário da CUT, da CGT e dos partidos políticos que tentam transformar o 1º de Maio num palanque eleitoral, nós queremos reunir a população para promover a resistência e a denúncia desse criminoso arrocho salarial. No Rio de Janeiro o movimento anarquista se reuniá na Quinta da Boa Vista para manifestar publicamente sua proposta de luta contra os patrões: ação direta dos trabalhadores, sindicatos livres e autogestionários, organização popular sem interferência partidária.

Participar deste protesto é uma forma de se oporà propaganda conformista e triunfalista dos patrões e governantes. Posicione-se!

CORRESPONDÊNCIA:

jornal
MUTIRÃO, Cx. Postal 15001
CEP 20155, Rio de Janeiro